



Langoni, Stábile, Pécora e Galvéas: a reunião do CMN para estabelecer o plano econômico de 83.

Entenda Economia

Um plano recessivo. Será cumprido?

Celso Ming

A Programação do Setor Externo de 1983 é o documento-base, que define a política econômica do governo no próximo ano. A julgar pelo seu conteúdo, corremos o risco de ter de enfrentar a mais brutal recessão econômica de toda a história econômica do Brasil.

Mas, a julgar pelo seu precedente — o documento congênere, aprovado dia 21 de dezembro de 1981, que supostamente deveria conter as principais linhas da política econômica para 1982 —, as decisões tomadas ontem pelo Conselho Monetário Nacional não merecem lá muito crédito.

Vamos por partes. Primeiro, prefiro deter-me no conteúdo do documento ontem divulgado. O governo pretende cortar nada menos que 50,7% do déficit em conta-corrente; reduzi-lo dos seus prováveis 14 bilhões de dólares, que é o número esperado para este ano, para 6,9 bilhões de dólares ao final de 1983.

A conta de Transações Correntes, ou simplesmente conta corrente, engloba basicamente duas subcontas: a Conta de Mercadorias, também chamada balança comercial, onde vão contabilizadas exportações e importações; e a Conta de Serviços, onde estão registradas receitas e despesas com transportes, seguros, juros, royalties, aluguéis, etc. (Aí o item fundamental são mesmo os juros da dívida externa, e que, sozinho, é maior do que a conta do petróleo.)

Chances matemáticas

O que o governo está pretendendo, portanto, "é uma política econômica que, simultaneamente, reduza importações em 17%; aumente exportações em 9,5%; e reduza as despesas com juros em 15%."

Isso é possível? Matemática-mente sempre é possível, tão possível como a classificação de um time pequeno para disputa do título, ao

final do campeonato, sendo que, para isso, é necessário que se cumpram as seguintes condições: que três clubes adversários percam jogos em casa; um quarto empate fora de casa; e que, finalmente, ele próprio goleie um time grande por mais de 6 gols de diferença.

Então, para o Brasil conseguir o título é necessário que as taxas internacionais de juros não ultrapassem os 10% ao ano; que a inflação interna não suba acima de 70%; que os preços das matérias-primas, que fazem parte da pauta brasileira de exportações, subam pelo menos 10%; que os países industrializados voltem a importar produtos manufaturados brasileiros; que a Opep nem tente reajustar os preços do petróleo; que até pelo menos o mês de março chova abundantemente no Centro-Sul e São Pedro assegure safra abundante; que os trabalhadores continuem bem comportados e não tentem greves por aumento salarial; que as estatais se conformem em não se pendurarem mais nos cofres do Tesouro; e que o governo não faça nenhuma besteira relevante — o que parece a condição mais difícil de se verificar.

Custo: recessão.

Ainda assim, os banqueiros internacionais terão de continuar emprestando seus dólares ao Brasil, nada menos que 10,6 bilhões de dólares — mais ou menos quanto o Brasil está gastando este ano com petróleo.

Em todo caso, com um pouco de sorte e uma boa dose de competência profissional, isto é possível. Mas terá um custo: uma forte recessão interna, que seria tanto mais forte quanto mais os números-meta ficassem afastados das estatísticas reais. E recessão econômica, já sabemos, quer dizer mais desemprego, mais quebra de empresas e pessoas físicas, mais sacrifício. Aliás, austeridade e sacrifício são palavras que

o ministro Ernane Galvéas e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, mais têm repetido nas últimas semanas. Portanto, atrás de tudo isso, está mesmo o espectro da recessão.

Para inglês ver

Mas isso, felizmente, não encerra o assunto. Ontem mesmo, o analista José Márcio Mendonça escrevia, de Brasília, que essa Programação do Setor Externo de 1983 é, mais do que tudo, um gesto para consumo externo. Ou seja, é possível que se trate de um programa "para inglês ver", para amolecer o coração dos credores internacionais e abrir-lhes a munheca. Aliás, os ministros da área econômica dos últimos oito anos têm se caracterizado pela falta de compromisso entre o que dizem e o que de fato fazem.

O próprio embaixador Roberto Campos observou, mais de uma vez, que o ministro Mário Henrique Simonsen caracterizava-se, no seu tempo, pela retórica monetarista, ortodoxa e austera e, no entanto, foi ele quem presidiu a administração econômica mais perdulária da História do Brasil. Enquanto isso, Delfim Neto, em seus discursos e em suas entrevistas, nunca perdeu uma oportunidade para defender o crescimento econômico e esbanjar otimismo, mas, na prática, foi quem implantou a recessão de 1981 e do primeiro semestre de 1982, e, certamente, vai continuar impondo — caso possa — a mesma recessão econômica em 1983.

Teoria e prática

Mas os fatos poderão circunscrever o sacrifício aos limites do suportável, o que não coincide necessariamente com as diretrizes ontem impostas pelo Conselho Monetário Nacional.

Se passarmos os olhos no que foi proposto no ano passado, verificaremos que o mesmo documento apro-

vado pelo Conselho, ao final de 1981, não foi, na prática, levado a sério pelo governo.

As tais diretrizes previam, por exemplo, três hipóteses para o saldo da balança comercial (exportações menos importações) de 1982: uma pessimista — superávit de dois bilhões de dólares; uma otimista — superávit de quatro bilhões de dólares; e uma, coluna do meio — superávit de três bilhões de dólares. O resultado real será um superávit de seus 500 milhões de dólares, se tanto.

Definiam, também, um déficit em conta corrente de 10,1 bilhões de dólares. Vai acabar nos 14 bilhões — segundo previsões do próprio Banco Central —, quase 40% acima do previsto. A dívida externa se estancará nos 70 bilhões; ficará para além dos 80 bilhões. A inflação morrerá nos 70%; vai acabar perto dos 100%. Os meios de pagamento (dinheiro e crédito à disposição das empresas) não cresceriam mais que 50%; já estão perto dos 75% e dificilmente deixarão de ultrapassar os 80%. A dívida interna, descontada a inflação, não crescerá um centavo sequer; até 31 de agosto, tinha inchado (também descontada a inflação) nada menos que 130%.

Em outras palavras, as diretrizes econômicas aprovadas no ano passado, para valerem em 1982, foram o mais retumbante fracasso. Não houve um objetivo, uma meta, uma estatística que se tenha cumprido. Essa verificação não deixa de ser uma esperança: a de que a tal recessão — que vem embutida nas diretrizes decididas ontem e que deveriam, em tese, valer para o ano que vem — é, de fato, para inglês ver.

Resta saber se esses ingleses, que adoram escarafunchar arquivos e comparar coisa com coisa, desta vez acreditarão que o governo brasileiro tenha mudado de de Gaulle para cá e se transformado em governo sério.